

## AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DA PNAD DE 2005

Marcelo de Ávila\*

O foco desta nota é debater os resultados da Pnad de 2005 sobre o tema mercado de trabalho, com o objetivo de verificar se os bons resultados encontrados em 2004 experimentaram, ou não, alguma continuidade em 2005. Os principais resultados publicados em 2004 foram: forte crescimento da ocupação, seguido do aumento de postos de trabalho formais em ritmo superior ao da ocupação total, queda da taxa de desemprego, ligeiro crescimento dos rendimentos do trabalho principal, redução da desigualdade para o menor patamar já registrado por essa pesquisa nos últimos 20 anos, além da queda da taxa de fecundidade da população brasileira, que tem reflexos futuros sobre a força de trabalho.

O crescimento de 2% da População em Idade Ativa (PIA), apesar de maior que em 2004, permanece abaixo da média dos anos 1990. Vale frisar como aspecto relevante identificado na evolução da força de trabalho, ou População Economicamente Ativa (PEA),<sup>1</sup> nos dois últimos anos de publicações disponíveis da Pnad que tanto em 2004 quanto em 2005, esse contingente cresceu a uma taxa superior à da PIA, diferentemente da média anual entre os anos de 1995 e 2003, quando os crescimentos de ambos os grupos foram igualmente de 2,2%. Outro ponto importante em relação ao crescimento da PEA nos dois últimos anos é que ele se deu de forma acelerada, de 2,5% para 3,4% no ano seguinte. A maior procura de pessoas por uma ocupação em 2005 trouxe reflexos importantes ao mercado de trabalho, os quais serão investigados nas próximas seções.

A ocupação total em 2005, segundo o IBGE, cresceu 2,9%, pouco abaixo do ocorrido em 2004 (3,3%). A evolução do emprego com carteira<sup>2</sup> também foi menos expressiva em 2005 (5,2% ante 6,6% no ano anterior), representando a criação de 2,5 milhões de empregos<sup>3</sup> celetistas, ante 2,7 milhões em 2004. Mesmo com a desaceleração do crescimento da ocupação total, os empregos com carteira cresceram mais em 2005 que na média anual entre 1995 e 2004 (tabela 1). Concomitante com a expressiva expansão da ocupação formal, o contingente de pessoas que trabalham na produção para o próprio consumo – que o IBGE também considera como ocupados, ao contrário da definição de ocupação feita em estudos anteriores do Ipea<sup>4</sup> – mostrou um movimento bastante distinto do registrado em anos anteriores. Após cair, na média de 1995 a 2004, cerca de 0,2% ao ano (a.a.), em 2005 esse contingente cresceu 15%.

As próximas seções desta nota trazem uma análise mais detalhada da Pnad baseada em uma definição um pouco diferente de ocupação, construída pelo Ipea, em que são considerados ocupados os indivíduos que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, bem como as pessoas com ocupação não-remunerada com carga horária de mais de 15 horas

\* Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea.

1. A PEA é a soma de todas as pessoas ocupadas e desocupadas que estão à procura de uma ocupação.
2. Incluindo serviços domésticos.
3. Em 2004 foram criados 2,66 milhões de vagas dessa categoria.
4. Amplamente explicada nesta nota.

TABELA 1

**IBGE: ocupados por posição na ocupação**

(Em milhões)

	1995	2004	2004 <sup>a</sup>	2005 <sup>a</sup>	Crescimento (a.a.%) 1995-2004	Crescimento (%) 2004 <sup>a</sup> -2005
PIA	120,94	147,20	149,76	152,74	2,2	2,0
PEA	74,14	91,04	92,86	96,03	2,3	3,4
Taxa de participação	61,30	61,80	62,00	62,90	-	-
Taxa de desemprego	6,10	9,00	8,90	9,30	-	-
Ocupação total	69,63	82,82	84,60	87,09	1,9	2,9
Empregado e trabalhador domésticos	40,80	52,68	53,17	54,64	2,9	2,8
Com carteira de trabalho assinada	20,65	27,22	27,36	28,79	3,1	5,2
Militares e estatutários	4,63	5,53	5,57	5,49	2,0	-1,4
Outros sem carteira de trabalho assinada	15,52	19,93	20,24	20,36	2,8	0,6
Empregado	35,67	46,27	46,70	47,99	2,9	2,8
Com carteira de trabalho assinada	19,66	25,56	25,69	27,05	3,0	5,3
Militares e estatutários	4,63	5,53	5,57	5,49	2,0	-1,4
Outros sem carteira de trabalho assinada	11,37	15,18	15,44	15,45	3,3	0,1
Trabalhador doméstico	5,13	6,42	6,47	6,66	2,5	2,9
Com carteira de trabalho assinada	0,98	1,66	1,67	1,75	6,0	4,5
Sem carteira de trabalho assinada	4,15	4,75	4,80	4,91	1,5	2,3
Conta-própria	15,72	18,02	18,57	18,83	1,5	1,4
Empregador	2,73	3,43	3,48	3,68	2,6	5,9
Não-remunerado	6,98	5,41	5,88	5,91	-2,8	0,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,22	3,18	3,39	3,89	-0,2	15,0
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,16	0,10	0,10	0,12	-5,4	23,0

Fonte: Pnads de 1995, 2004 e 2005.

<sup>a</sup> Incluindo a área rural da região Norte.

semanais, além das que tinham atividades remuneradas das quais se encontravam temporariamente afastadas. Por conseguinte, foram excluídas da definição de ocupação do IBGE as pessoas com trabalho não-remunerado com jornada de trabalho inferior a 15 horas na semana de referência, assim como os indivíduos envolvidos com atividades para o consumo próprio ou construção para o próprio uso. A razão da alteração da definição “tradicional” de ocupação se justifica pela natureza desses vínculos que não caracterizam uma inserção de fato no mercado de trabalho, dadas as suas características de precariedade.<sup>5</sup> Como a definição de ocupação sofreu essas alterações, o mesmo ocorreu, portanto, para a PEA, desocupados, taxa de desemprego e média dos rendimentos reais do trabalho principal.

A ocupação total brasileira – pessoas de 10 ou mais anos de idade –, seguindo essa definição, cresceu 2,5% em 2005, ou 1,94 milhão de empregos, acima da média anual de

5. Para uma análise mais detalhada a respeito, ver Ramos, L. e Ferreira, V. Geração de empregos e realocação no mercado de trabalho brasileiro – 1992-2002. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, 2005.

TABELA 2

**Pnad: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas**

(Em milhões)

Ocupados	1995	2004	2005	Crescimento (a.a. %) 1995-2004	Crescimento (%) 2004-2005
Brasil	65,39	78,69	80,63	2,1	2,5
Metropolitano	20,14	24,84	25,88	2,4	4,2
Não-metropolitano	45,24	53,85	54,75	2,0	1,7
Grandes regiões					
Norte	2,76	4,46	4,67	5,5	4,8
Nordeste	18,08	20,51	20,90	1,4	1,9
Sudeste	28,85	34,56	35,80	2,0	3,6
Sul	11,15	13,27	13,28	2,0	0,0
Centro-Oeste	4,54	5,89	5,98	2,9	1,6

Fonte: Elaboração própria a partir das Pnads de 1995, 2004 e 2005.

variação entre os anos de 1995 e 2004 (2,1%). O emprego cresceu mais nas regiões metropolitanas (RMs) – crescimento de 4,2% – do que nas não-metropolitanas (RNMs), onde a expansão desse indicador foi de apenas 1,7%, como demonstra a tabela 2. Em termos da composição do crescimento da ocupação, 53,4% dos empregos criados foram nas RMs, e 46,6% nas RNMs. Na comparação com o ocorrido em 2004, houve arrefecimento da expansão da ocupação tanto nas RMs quanto nas RNMs.<sup>6</sup> Entretanto, enquanto o crescimento do emprego metropolitano ainda se manteve em 2005 bastante acima da média anual de 1995 a 2004 (2,4%), a abertura de vagas nas RNMs ficou abaixo da média anual de 2%, também no mesmo período.

Em relação à variação da ocupação por grandes regiões, 64,1% ocorreram na região Sudeste – registro de expansão de 3,6% –, sendo inclusive mais expressivo que na média dos últimos anos (2%). Na mesma linha de maior crescimento de empregos, está a região Nordeste, com expansão de 1,9%, ante 1,4% na média anual de 1995-2004. As demais grandes regiões apresentaram arrefecimento na criação de vagas: 4,8% no Norte e 1,6% no Centro-Oeste. Atenção especial deve ser dada à região Sul, a qual, em termos relativos, não apresentou qualquer crescimento do emprego em 2005, cenário de forte contraste com o ocorrido em 2004, quando a ocupação foi a que mais acelerou o crescimento diante da média anual dos anos anteriores. Esse comportamento, provavelmente, reflete as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola na região.

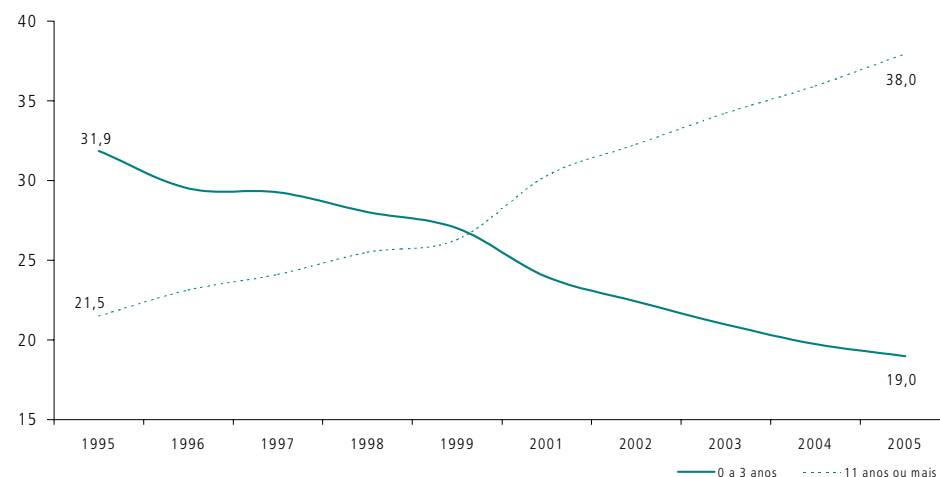
Em termos de ocupação desagregada por níveis de escolaridade, não houve qualquer alteração significativa da tendência já observada nos últimos anos. O contingente de pessoas ocupadas sem escolaridade ou até com três anos de estudo continua perdendo participação diante do total da ocupação (gráfico 1). De 2004 a 2005 a perda de participação foi de 0,7 p.p., passando para 19% – lembrando que em 1995 esse grupo representava 31,9% de toda a ocupação brasileira. De maneira oposta, o grupo de ocupados com 11 ou mais anos de estudo continua a ser o que mais se beneficia com o avanço da ocupação, com sua participação crescente no total de ocupados: em 2005 esse grupo representou 38% de todos os

6. Em 2004, a ocupação metropolitana cresceu 4,4% e a não-metropolitana expandiu-se em 3,5%.

GRÁFICO 1

**Participação da ocupação por anos de estudo no total de ocupados**

(Em %)



ocupados (um avanço de 2 p.p.). Esse contraste na evolução da ocupação por escolaridade denota claramente a maior dificuldade que os menos escolarizados enfrentam para obterem um emprego. Nos anos em que a ocupação cresceu em ritmo abaixo da PEA, o aperto para obtenção de uma vaga foi ainda maior porque o mercado de trabalho não conseguiu absorver todos os ingressantes na força de trabalho.

Em termos de ocupação pelos diferentes grupos de idade (tabela 3), o ano de 2005 trouxe resultados negativos no que se refere à ocupação infantil.<sup>7</sup> Nos últimos 10 anos o trabalho infantil registrou crescimento em apenas 2 anos: 1999 e 2005. Entretanto, a participação desse grupo cresceu de 1,39% em 2004 para 1,42% em 2005.

Uma das causas do aumento do emprego infantil em 2005 pode ter sido a persistência do câmbio valorizado, que tem reduzido a competitividade de muitos setores, como a agricultura e a agropecuária. Ao desagregar a evolução da ocupação infantil por RMs e RNMs, percebe-se que do aumento de 53,5 mil crianças na ocupação, 76,6% (ou mais de 40 mil)

TABELA 3

**Nível de ocupação por grupos de idade**

	Grupos de idade	10 a 14 anos	15 a 24	25 a 49	50 ou +	Total
1995	Número de ocupados	2,66	15,92	37,17	9,63	65,38
	Participação no total (%)	4,10	24,30	56,90	14,70	100,00
1999	Número de ocupados	2,00	15,92	40,29	10,96	69,17
	Participação no total (%)	2,90	23,00	58,20	15,80	100,00
2004	Número de ocupados	1,09	17,06	47,31	13,23	78,69
	Participação no total (%)	1,40	21,70	60,10	16,80	100,00
2005	Número de ocupados	1,15	17,26	48,26	13,92	80,59
	Participação no total (%)	1,40	21,40	59,90	17,30	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir das Pnads de 1995, 2004 e 2005.

7. Vale ressaltar que esse tipo de ocupação, até os 14 anos – sendo que de 14 a 16 anos, a ocupação seria de caráter aprendiz apenas – é proibido por lei. Entretanto algumas pesquisas monitoram o grupo de 10 a 14 anos para justamente saber se as políticas públicas de erradicação do trabalho infantil estão surtindo efeito e em que grau tal evolução ocorre.

se deu nas áreas rurais das RNMs<sup>8</sup> e 36,5% (ou 20 mil, estando dentro da margem de erro da amostra) nas RMs. Apesar do registro de quebra da tendência de erradicação do trabalho infantil em 2005, é prematura a hipótese de uma onda de crescimento do trabalho infantil nos próximos anos: das 27 unidades da federação brasileira, 12 apresentaram crescimento<sup>9</sup> do trabalho infantil, 10 registraram queda<sup>10</sup> e cinco apontaram estabilidade.

O contingente de 15 a 24 anos de idade, grupo que vem perdendo participação no total da ocupação, continuou com a mesma tendência em 2005 – embora de forma menos acentuada –, com queda de 0,9 p.p., para 21,4%. Esse fenômeno caracteriza a persistente dificuldade que os jovens têm de ingressarem no mercado de trabalho e também o maior tempo de permanência na fase de estudos.

A ocupação pelos diferentes vínculos do trabalho mostrou em 2005 uma evolução bastante importante no quesito emprego protegido<sup>11</sup> *vis-à-vis* o emprego informal.<sup>12</sup> Como indicado na tabela 4, a ocupação protegida – que possui maior qualidade, diante dos benefícios e rendimentos médios que oferece – cresceu a uma taxa de 4,2%, mantendo praticamente a mesma variação tanto em RMs (4,3%) quanto em RNMs (4,1%).

O crescimento do emprego protegido em ritmo similar tanto nas RMs como nas RNMs é um fenômeno diferente do ocorrido em anos anteriores, pois a média anual de crescimento entre 1995 e 2004 dessa categoria de ocupação nas RMs (1,9%) foi abaixo do registrado nas RNMs (3,7%). Ainda em 2004 o aumento do emprego formal nas RMs tinha sido de 4,6%, também abaixo da variação de 6,6% nas RNMs. O crescimento mais expressivo nas RMs captado na Pnad de 2005 corrobora a leitura dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, a qual aponta um desenvolvimento do emprego com carteira superior ao dos informais desde fevereiro de 2005,<sup>13</sup> na variação ante o mesmo mês do ano anterior.

TABELA 4  
**Ocupação protegida**

Trabalhadores protegidos	1995	2004	2005	Crescimento (a.a.%) 1995-2004	Crescimento (%) 2004-2005
Brasil	25,26	32,75	34,12	2,9	4,2
Metropolitano (Pnad)	10,75	12,69	13,23	1,9	4,3
Não-metropolitano	14,51	20,07	20,89	3,7	4,1
Grandes regiões					
Norte	0,88	1,53	1,63	6,3	6,9
Nordeste	4,19	5,40	5,62	2,9	4,2
Sudeste	14,04	17,33	18,03	2,4	4,0
Sul	4,53	6,03	6,17	3,2	2,5
Centro-Oeste	1,61	2,47	2,65	4,8	7,4

Fonte: Elaboração própria a partir das Pnads de 1995, 2004 e 2005.

8. Nas áreas urbanas das RNMs houve queda de 7 mil empregos de crianças de 10 a 14 anos, o que representa 13,1% da variação total desse grupo.

9. As maiores variações positivas do emprego infantil se deram em Minas Gêrias (20 mil), Maranhão (18 mil) e Ceará (12 mil).

10. A maior queda ocorreu em Santa Catarina (mais de 12 mil).

11. Foram considerados aqui como empregos protegidos as ocupações com carteira, estatutários e militares.

12. Soma das ocupações sem carteira e por conta própria.

13. Até agosto de 2006, último dado disponível.

Seguindo o padrão de crescimento do emprego nas grandes regiões, apenas a região Sul registrou pior desempenho da ocupação formal, enquanto as demais aceleraram o crescimento do emprego protegido, homogeneizando geograficamente o aumento da qualidade do emprego no Brasil.

Em relação aos empregos informais – ocupações sem carteira e por conta própria – houve também importantes alterações de tendência (tabela 5). A variação dos empregos informais nas RMs em 2005 foi ligeiramente superior à registrada na média anual entre 1995 e 2004. Entretanto, nas RNMs houve uma forte desaceleração do crescimento dessa categoria de ocupação, apontando praticamente estabilidade (0,2%) em 2005, ante o crescimento de 1,8% na média anual no período 1995-2004. Em relação às grandes regiões, enquanto o Norte (4,6%), o Sudeste (2,3%) e o Nordeste (1,7%) registraram crescimento do emprego informal, as regiões Sul (-1,7%) e Centro-Oeste (-4,6%) apontaram queda dessa categoria de ocupação.

A evolução geográfica distinta do emprego informal fez com que o grau de informalidade<sup>14</sup> cedesse mais nas RNMs – queda de 1 p.p., passando para 53,7% – do que nas RMs – ligeira queda de 0,2 p.p. (gráfico 2). Com isso, o grau de informalidade total registrou a maior queda anual (0,8 p.p.) nos últimos 10 anos. Os resultados de 2005 confirmaram uma tendência de queda da informalidade iniciada em 2001.

Após a queda de 0,8 p.p da taxa de desemprego em 2004 (para 9,7%) – segundo a nossa definição de ocupação e desocupação –, no ano seguinte esse indicador voltou a avançar 0,5 p.p., chegando a 10,2%. Apesar da elevação, foi o menor aumento desse indicador nos últimos 10 anos. Vale ressaltar que essa variação da taxa de desemprego se deu pelo fato de

TABELA 5  
**Ocupação informal**

Trabalhadores informais	1995	2004	2005	Crescimento (a.a.%) 1995-2004	Crescimento (%) 2004-2005
Brasil	31,10	37,90	38,40	2,2	1,2
Metropolitano (Pnad)	7,99	10,83	11,21	3,4	3,6
Metropolitano (PME)	6,55	8,71	9,00	3,2	3,4
Não-metropolitano	23,14	27,12	27,17	1,8	0,2
Urbano	15,50	20,48	20,32	3,1	-0,8
Rural	7,60	6,60	6,90	-1,5	3,2
Grandes regiões					
Norte	1,57	2,55	2,67	5,6	4,6
Nordeste	10,40	12,10	12,31	1,7	1,7
Sudeste	12,22	14,90	15,24	2,2	2,3
Sul	4,55	5,47	5,37	2,1	-1,7
Centro-Oeste	2,40	2,93	2,80	2,3	-4,6

Fonte: Elaboração própria a partir das Pnads de 1995, 2004 e 2005.

14. Foi definido como grau de informalidade a soma dos trabalhadores sem carteira e por conta própria dividida pela ocupação total, excluindo os trabalhadores não-remunerados.

GRÁFICO 2

**Grau de informalidade**

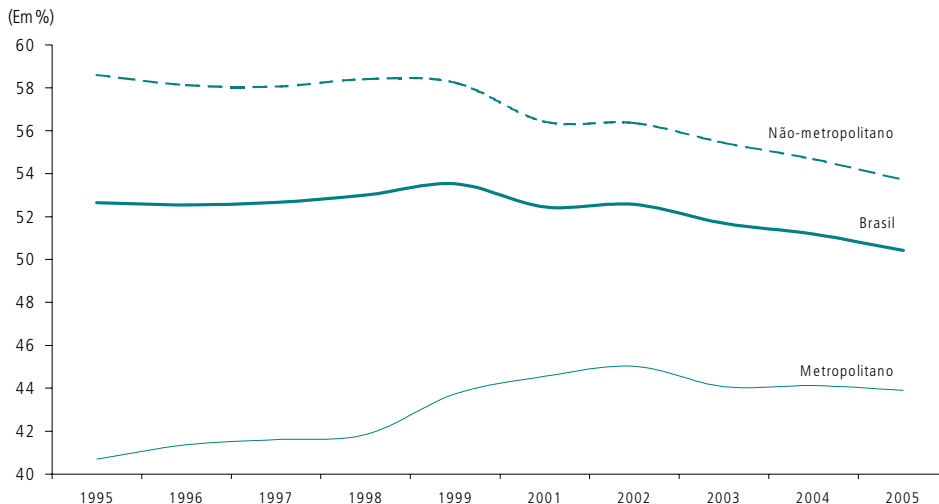
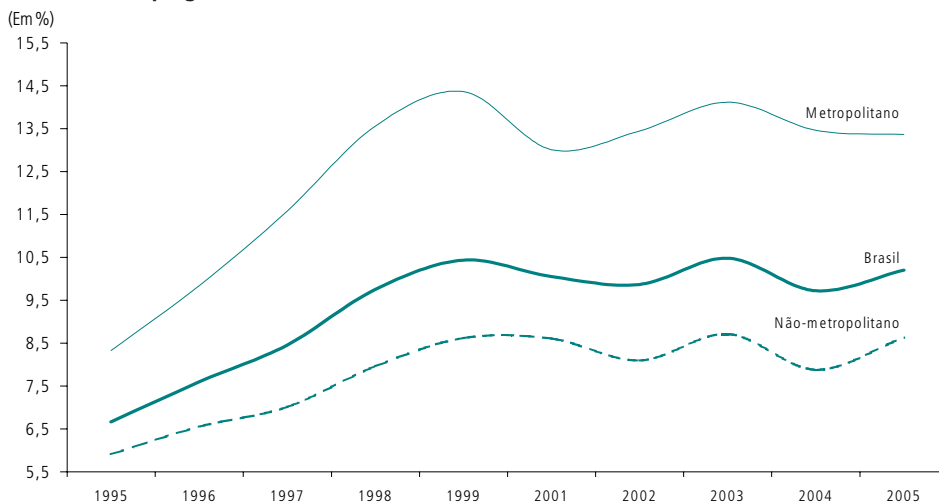


GRÁFICO 3

**Taxa de desemprego**



a expansão desse indicador ter ocorrido nas RNMs, que passou de 7,9% para 8,6%. Nas RMs houve relativa estabilidade (de 13,5% para 13,4%). O avanço da taxa de desemprego ocorreu tanto pela menor criação de vagas em 2005 do que no ano anterior (1,94 milhão ante 2,8 milhões em 2004), quanto pela maior expansão da PEA – 2,6 milhões em 2005 ante 2,4 milhões no ano anterior. Assim repetiu-se o mesmo fenômeno ocorrido em 2003, como indicado no gráfico 4.

Em relação aos rendimentos médios reais do trabalho principal, 2005 foi o segundo ano consecutivo de aumento desse indicador. Somado a isso, a variação de 4,4%, que o levou a R\$ 727,19, foi a maior alta desde 1996, quando houve expansão de 4,6%. No entanto, mesmo com a presença de crescimento em aceleração dos rendimentos reais de 2004 para 2005, esse indicador ainda se encontra abaixo do patamar de 2002 (R\$ 739,30), pois a queda de 6,4% em 2003 ainda não foi revertida por completo nos anos seguintes. Uma das razões para o crescimento dos rendimentos reais em 2005, além da desaceleração da inflação, é o efeito composição, segundo o qual a expansão do emprego com carteira – contingente que recebe rendimentos maiores que a média – acaba por impulsionar a média total do rendimento real.

GRÁFICO 4

**Varição da PEA e ocupação**

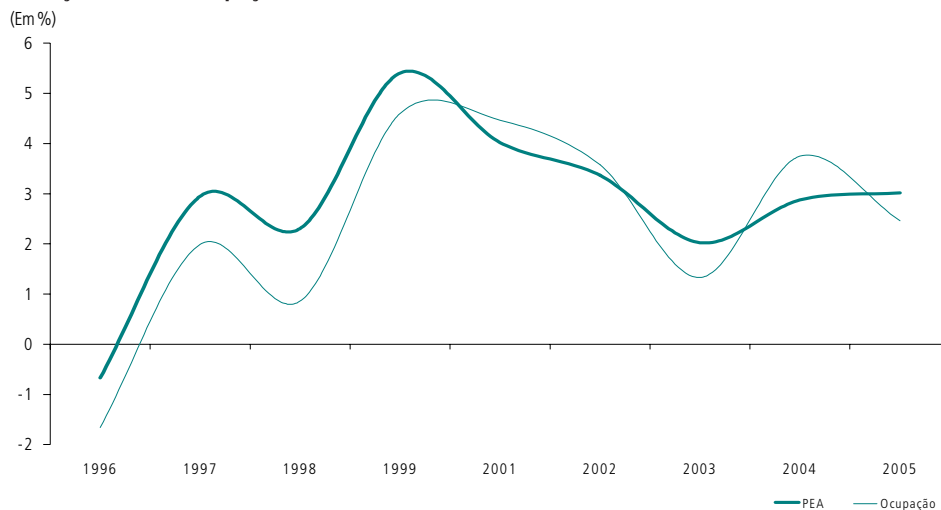


GRÁFICO 5

**Rendimentos médios reais do trabalho principal**

(Em R\$ de setembro de 2005)

